

A hospitalidade na perspectiva do espaço urbano¹

Lucio Grinover²

Resumo: As transformações do espaço urbano, ocorridas nas últimas décadas, determinam o questionamento da hospitalidade fundamentada em conceitos que precisam ser revisitados. A partir da prática da hospitalidade na cidade, condicionadas por normas de utilização de seus equipamentos e infra-estrutura percorre-se uma cadeia de eventos sociais, econômicos e culturais que chegam aos espaços públicos e às novas formas de expansão do tecido urbano e de urbanização. A cidade foge, então, às tentativas de compreensão e de interpretação dos modelos totalizantes dos projetos fundados sobre a racionalidade e as ordens pré-constituídas. A hospitalidade na crise da compreensão e interpretação, fragmenta-se em tantos modos de hospitalidade quanto são os códigos, as imagens e as experiências urbanas. Mudam as formas de acessibilidade, legibilidade e identidade da cidade, mas não são eliminadas para a compreensão e interpretação dos espaços construídos.

Palavras-chave: Hospitalidade. Espaço urbano.

Examinando a hospitalidade no panorama atual da vida em sociedade, particularmente, na cidade, surgem questões que perpassam a noção de hospitalidade construída da antiguidade até hoje sobre uma confortável segurança conceitual. Alguns paradigmas foram necessários, como aquele que considera-se a hospitalidade um modo privilegiado de relação humana, segundo Levinas e outros autores, fundamentalmente marcado pela “abertura da subjetividade à alteridade testemunhada pela presença de outros” (LEVINAS, 1983).

Segundo esses paradigmas, a hospitalidade é um acontecimento ético por excelência (BAPTISTA, 2007), referindo-se a todas as práticas de acolhimento e civilidade que tornam o espaço construído, a cidade, um “lugar mais humano”; um lugar “antropológico”, de acordo com Marc Augé (2003), em oposição aos “não-lugares”, esses espaços desprovidos de identidade e de memória.

A hospitalidade, de acordo com os já clássicos estudiosos do assunto, implica a ultrapassagem de um espaço e a implantação de um ritual de acolhimento. Acolher o outro

¹ Trabalho apresentado ao DTH-4 - Hospitalidade do Lugar Turístico do V Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo.

² Universidade de São Paulo – USP. E-mail: consintgrinover@uol.com.br

significa, então, aceitá-lo e recebê-lo no lugar onde nos encontramos: na nossa casa, na nossa cidade, colocando à disposição do outro o melhor de nós: o melhor do que possuímos como anfitriões.

Na cidade antiga, a hospitalidade era um processo que começava com a identificação, depois a admissão, sob reserva, de um estranho. A realidade política da hospitalidade era um acolhimento sob condições.

Hoje, o panorama mundial, marcado pela marginalização, exclusão, nomadismo generalizado, implica, para “reinventar” a hospitalidade em sua complexidade, pensar a “uma hospitalidade ampliada, transversal, trabalhada caso a caso (SCHERER, 1997).

No Colóquio de Clermont Ferrand sobre a “Hospitalidade e o desenvolvimento sustentável”, em abril de 2005, Alain Montandon, na abertura do encontro, sustentava que “oferecer hospitalidade é tomar consciência, descobrir e apreciar suas próprias riquezas (da cidade); é uma descoberta de si e de um novo olhar sobre seus próprios recursos”. A cidade, por isso, deve oferecer o que há de melhor nela. Apresentar suas riquezas culturais, econômicas, sociais, de modo a se oferecer como cidade onde se pratica a hospitalidade. Deve colocar numa determinada ordem suas características, prepará-las e mantê-las funcionando, bem como dispor delas sempre que se manifestar o acolhimento. Assim, proporcionar o encontro com os “outros” sob a forma de hospitalidade é transformar a relação, que não é mais do “outro” impondo sua presença, mas é do anfitrião que recebe para mostrar seu lugar, sua cultura, sua história. O “outro” não toma, recebe.

A prática da hospitalidade na cidade está condicionada pelas infra-estruturas presentes e suas normas de utilização. O entorno vivido é lugar de trocas, enquanto matriz de um processo de hospitalidade.

O que é necessário assinalar é que a hospitalidade não é mais um negócio de fronteiras ou de limites de um lugar, como na hospitalidade clássica. A hospitalidade de ou na cidade, definida esta como um sistema de atividades, coloca-se hoje ao longo de uma cadeia que vai do construído aos espaços públicos e às redes de infra-estruturas, compartilhando a noção de atividade com a de experiência.

Devemos considerar que a hospitalidade clássica, no sentido histórico do termo, consistia em satisfazer as necessidades básicas e as necessidades de segurança e, em certos casos, de reconforto e de afeto de pessoas, se deslocando, por meio de uma relação gratuita.

A hospitalidade, agora, é um modo de garantir a heterogeneidade da cidade e a riqueza de sua sócio-diversidade, que encontra sua forma quase que determinante no espaço social e antropológico. Se esse espaço tiver uma característica construída, estaremos chegando ao que podemos denominar de lugar: uma rua, um jardim, que induz ao diálogo, à conversação, ao encontro, um espaço público ou privado, onde se pratica a hospitalidade.

A noção de lugar de hospitalidade implica um território e uma relação com a proxêmica³, que fazem da hospitalidade um arranjo institucionalizado. Isso quer dizer que é um conjunto de regras que proporciona configurações singulares e particulares à hospitalidade (HALL, 1958).

Em um artigo de 2005, Isabel Baptista, corroborando as preocupações de Derrida (1997), coloca a hospitalidade no coração da vida social, não apenas como idéia universal reguladora, mas como competência prática, uma relação interpessoal, seja qual for o seu contexto de realização. Disso torna-se clara a ligação entre sentido de “proximidade ética” (LEVINAS, 1983) e a problematização feita por Derrida (1997) em torno do conceito de “hospitalidade” permitindo-nos pensar as práticas sociais a partir da valorização dos lugares de contato, de interação, de mediação, de encontro, de relação interpessoal.

Entretanto, as mudanças no sistema urbano, evidentes a partir da década de 1980, afetam de diversas maneiras o processo de hospitalidade no espaço construído. Quais foram as mudanças no sistema urbano e as importantes transformações das áreas urbanas? Basicamente as mudanças deram-se com a adoção de novos modos de vida da população que, com maior mobilidade, organizava seu cotidiano em diferentes escalas; com a adoção de novas modalidades de gestão dos espaços urbanos; com alteração nas relações entre espaços públicos e privados; com o surgimento de espaços de uso público, mas de propriedade privada (*Shopping Centers* e espaços urbanos tombados).

A cidade, atualmente, oferece as mesmas características de hospitalidade analisadas até hoje (GRINOVER, 2007)? Subsistem ainda as categorias de análise da hospitalidade: acessibilidade, legibilidade, identidade, sobre as quais trabalhamos anteriormente? Como deve hoje ser analisada a mobilidade e, conseqüentemente, a acessibilidade? Quais são os códigos de leitura do espaço construído? A fragmentação urbana permite a compreensão da

³ No fim da década de 1950, o antropólogo Edward Hall desenvolvia uma teoria que revolucionava o mundo das ciências do homem. A tese, proxêmica, sustentava a idéia que o comportamento humano estava relacionado ao espaço físico e, em tal sentido, a comunicação entre os sujeitos se encontrava vinculada ao comportamento espacial por meio de códigos “silenciosos”.

cidade como um todo e permite, ainda, individualizar as diferentes identidades urbanas? Há diversas cidades embutidas na cidade contemporânea? Quais influências poderão atuar na hospitalidade urbana, em função da dispersão e difusão urbana? Quais perspectivas de novos estudos para a hospitalidade do e no espaço construído? Não há ainda respostas definitivas para todas as perguntas, mas com nossos estudos e de outros colegas espera-se contribuir para encontrar alternativas para novas políticas urbanas de hospitalidade, capazes de acompanhar as mudanças que estão ocorrendo, bem como para novas políticas de atuação profissional dos planejadores da hospitalidade no espaço construído. Devemos considerar ainda que não é possível falar de espaços hospitaleiros, nem de lugares hospitaleiros, mas de “usos e ocupações hospitaleiras do espaço” (DE LA HABA; SANTAMARÍA, 2004), o que nos dá a característica da hospitalidade no espaço construído.

Em “La città postmoderna: Magie e Paure della metropoli contermporanea”, Giandomenico Amendola (2004) sustenta que as cidades estão se preparando para uma feroz competição oferecendo todas elas uma nova imagem de si. Intensificam-se as ações sobre a cidade para mudar sua lógica de funcionamento e forma física, e aumentar assim sua capacidade de competir em mercados nacionais e internacionais, ao mesmo tempo, satisfazem seus habitantes. Pois é na cidade que se torna visível a grande transformação contemporânea, e entre as grandes transformações culturais, estão a assunção da cotidianidade, como campo privilegiado da formação do sentido e a contínua introdução de elementos do cotidiano em todos os campos da ação e do saber urbano.

Jean-François Lyotard em “La condition postmoderne” (1979) coloca as características constantes da experiência urbana pós-moderna como sendo basicamente: a indeterminação (ambigüidades e fracturas); fragmentação; a valorização das diferenças, o *patchwork* e o “bricolage” pojetual; a crise do “si mesmo” e a falta de profundidade (a identidade como problema e a difusão de identidades mutáveis); a procura da beleza (substituição do princípio da utilidade com aquele do prazer); hibridação; redução do passado ao presente; a carnavalização (a vida como jogo, a máscara, a festa); o protagonismo e a participação (a cidade aberta aos significados de cada um de seus habitantes); o subjetivismo (a primazia da construção individual, o individuo militante de si mesmo, a coexistência de diferentes hipóteses do mundo, mesmo conflituais); casualidade e estocasticidade (caída da previsibilidade e da pré-determinação, primazia do acaso e da probabilidade).

A cidade contemporânea foge, graças à sua nova indeterminação estrutural às tentativas de compreensão e de interpretação totalizante, seja dos especialistas, seja de seus habitantes. Os modelos totalizantes do passado, fundados sobre a racionalidade e sobre ordens pré-constituídas, mostram claramente sua crise e, com isto, a inconsistência dos projetos urbanos de um passado ainda recente.

Na cidade contemporânea o espetáculo torna-se o principal organizador da vida, como dimensão da experiência cotidiana. O espetáculo se espalhou no cotidiano da cidade e na rede dos espaços e dos tempos da experiência metropolitana.

A experiência urbana é marcada por uma enorme disponibilidade de recursos culturais, que se revela superior à capacidade de assimilação de qualquer membro da sociedade. Desejo de prazer, procura da diferença social, avidez de consumo, afirmação de identidades, constituem impulsos fundamentais, entre si complementares e sinérgicos, para orientar o comportamento de novas tribos que percorrem a cena urbana.

Entre as primeiras e importantes vítimas do cenário urbano estão os grandes planos totalizantes fundados sobre princípios de ordem e racionalidade e entendidos como instrumentos ordenadores globais do crescimento e da vida da cidade. A experiência urbana perdeu seu caráter tradicional de processo dotado de um fim, de um modelo de racionalidade, e tornou-se descontínua, fragmentaria, episódica e incoerente.

A pessoa escolhe lugares, estilos, imagens, códigos e os combina devido à própria experiência pessoal. Transferido esse conceito à hospitalidade, verifica-se que ela segue os comportamentos urbanos e fragmenta-se em tantas hospitalidades quantos são os códigos, as imagens e as experiências urbanas. Essa constatação fragmenta o conceito de hospitalidade clássica e subverte o sistema já consolidado. Novas hospitalidades vêm preencher os espaços urbanos, e tornar mais difícil ainda, a apreensão da totalidade da cidade. Há inúmeras ilhas de hospitalidade construindo o mosaico urbano. O lugar da cidade que se conseguiu fazer “próprio”, habitando-o, exprime uma combinação de poder de compra, um capital cultural com suas competências e gostos, um capital social, consideradas as relações interpessoais, grupos de pertencimento, etc.

A chave para compreender algumas das principais modificações da cidade e da sociedade contemporânea é basicamente o conceito de “experiência”. Cada aspecto da cidade deve se tornar uma experiência ativa que possa ser promovida, desejada ou adquirida enquanto tal. Um café, uma praça, a própria cidade propõem-se como experiências globais,

mais do que simples lugares. Na base dessa idéia de experiência há uma concepção pela qual o que tornou “importante” um lugar é a sua capacidade de nos tornar diferentes após atravessá-lo, percorrê-lo e de produzir uma experiência depois da qual não somos mais os mesmos. O que se vende não é o lugar, mas a experiência que esse produz; cada lugar da cidade contemporânea pode ser projetado e apresentado para criar experiências. Um restaurante é uma experiência gastronômica, um museu uma experiência de história. Uma cidade, portanto, pode tornar-se uma experiência de cidade. Tudo torna-se interessante e vendável em nome da capacidade de se tornar experiência.

O termo experiência cobre significados novos, e evoca explicitamente o envolvimento profundo do sujeito na representação social. (A representação do ator que executa um papel não é por definição uma experiência: o papel é interpretado, a experiência é vivida).

A cidade é o principal livro sobre o qual a história pode ser reescrita e, sobretudo, lida (AMENDOLA, 2004). Além disso, a cidade é um depósito de conhecimentos e de possibilidades que ninguém pode imaginar de esgotar ou de organizar definitivamente. A cidade é um texto cuja leitura é difícil pela complexidade das mensagens, pela crescente polissemia das partes e os diferentes códigos dos leitores possíveis. O objetivo é o de colocar o texto urbano em condições de comunicar imediata e facilmente um passado histórico considerado precioso. A relação com o passado e com a memória coloca-se na cidade contemporânea de modo novo, a partir das modalidades específicas com que a cultura utiliza a tradição, bem como a história (tradição física: a cidade construída, suas arquiteturas e suas partes; tradição cultural: signos, códigos comunicativos e interpretativos, etc). Sua nova relevância vem unicamente da capacidade de significar o pertencimento ao passado e de reproduzir e recordar a história. A cidade apresenta-se como um conjunto fragmentado de formas arquitetônicas, de experiências culturais e de estilos de vida, que torna praticamente impossível reconduzi-la à unidade ou coloca-la num quadro ordenado. A variedade da metrópole contemporânea impede toda tentativa de síntese unitária. A história, ao invés, enquanto passado, unifica e se torna acessível a diversas leituras. Hoje nas pequenas ou grandes operações de renovação urbana, códigos construtivos e projetuais, geram um sistema narrativo que integra lugares, lembranças, significados, atividades e imagens.

Grande parte da revitalização da cidade e de suas partes consiste na recriação física ou cultural dos espaços públicos enquanto lugares que fundamentam a experiência urbana.

Impulsionada por novas formas de expansão e urbanização crescente, assistimos, progressivamente, a uma mudança na escala da cidade, que sai do seu quadro espacial tradicional dissolvendo-se pelo território e transformando-se numa massa fragmentada. Estamos perante um modelo de desenvolvimento urbano que alimenta uma idéia de cidade como somatória de tecidos urbanos soltos. Verifica-se que o crescimento das metrópoles já não se realiza apenas por ampliações concêntricas, mas também pela integração, no seu funcionamento cotidiano, não só de aglomerados urbanos periféricos, como de territórios ou elementos de natureza urbana cada vez mais afastados, que, inclusive, surgem em territórios não contíguos.

Essa nova forma espacial e funcional colocará em causa a estrutura de rede de espaços a ela associada e, em último grau, a destruição da própria imagem da cidade enquanto espaço público.

O carácter cada vez menos público dos espaços urbanos sugere que estes são cada vez menos visualizados como espaços efetivos de pertencimento. A praça ou o jardim não são mais espaço de interação social cujos mecanismos dinâmicos já não são controlados por seus atores: a rua não é mais um local, mas apenas uma ligação. Não só os espaços públicos deixam de ser o elemento formalmente ordenador dos tecidos urbanos como perdem seu papel estruturador das atividades e das interações sociais da cidade.

Um outro elemento de análise destaca-se para o funcionamento da cidade: a mobilidade entendida em suas tendências e incidências sobre o ambiente, a morfologia urbana, os modos de vida, acessibilidade aos lugares. A mobilidade urbana refere-se à mobilidade de pessoas tanto quanto de bens e de informação. Como afirma Ascher (2004) os meios de transporte de bens, pessoas e informação formam um sistema. Assim, as modalidades não seriam reduzidas aos únicos deslocamentos físicos num espaço ele mesmo reduzido a ruas e a outras infra-estruturas de transporte. A mobilidade tem uma dimensão cultural que explica as diferenças que podem existir de uma sociedade à outra.

Segundos os termos de Jacques Lévy (2004), com a telecomunicação, com a mobilidade e a co-presença, temos as três modalidades de gestão da distância da qual os homens dispõem: a telecomunicação para o transferimento de informação desmaterializada, a mobilidade pelo deslocamento, a co-presença pela eliminação da distância.

O movimento é o centro das dinâmicas de nossas sociedades: é social, econômico e urbanístico (ASCHER, 2004). O movimento está no âmago da vida; está também no âmago

da economia: o capital está sempre se movendo tão velozmente quando possível, e o mercado existe pela mobilidade dos bens, das pessoas e das informações.

Hoje, deslocar-se tornou-se indispensável para ter acesso à maioria dos bens, dos serviços e das relações sociais. A possibilidade de se movimentar, condiciona o acesso à habitação, ao trabalho, à educação, à cultura, etc. Dessa forma as mobilidades tomam uma importância e uma significação nova e dão ao direito de movimento um papel maior, pois não é um simples direito em se deslocar de um ponto para outro, mas é também um direito às qualidades dos lugares e aos tempos dos transportes, pois esses ocupam um lugar importante na vida cotidiana.

Hoje, a dinâmica do sistema BIP (Bens-Informação-População), suscita algumas situações, que em parte, são novas. De início a “metropolização”. Em segundo lugar, assiste-se à mudança do sistema de acessibilidade. Em outras épocas os centros das cidades eram os lugares mais acessíveis e reuniam os valores simbólicos, sociais e econômicos da cidade. Hoje a evolução do sistema BIP modifica a geografia da acessibilidade: certas periferias se tornam mais acessíveis para algumas pessoas ou atividades do que os centros geométricos e antigos da cidade. Pode-se, com efeito, morar na periferia e ter acesso facilmente a um grande número de funções urbanas. Mas, ao mesmo tempo, a banalização de tudo o que se comunica, dá um valor reforçado às trocas diretas, não mediatizadas. O encontro face-a-face, a experiência “ao vivo”, a repartição das emoções coletivas (por ocasião de festas, de eventos esportivos), são cada vez mais valorizados, tanto na vida fora do trabalho, quanto na vida profissional. Por fim, o aumento da velocidade dos bens, das informações e das pessoas modifica as atividades econômicas, sociais e culturais com relação às formas urbanas. Outrora, a densidade e a continuidade do espaço construído eram necessidades fundamentais para produzir a cidade, para maximizar as interações, etc. Hoje, a velocidade substitui-se à densidade, proporcionando espaços urbanos profundamente diferentes e provocando novos tipos de comportamentos: o caminho mais rápido na cidade nem sempre é o mais curto.

Encontramo-nos, portanto, na frente de uma nova questão urbana que resulta em grande parte do deslocamento dentro da cidade, da qual temos herdado culturas, os modos de vida que vem junto, com a cidade que emerge, com práticas sociais novas, que não sabemos ainda organizar e regular. É necessário otimizar economicamente os deslocamentos, tornar o acesso aos transportes mais equitativo e produzir um urbanismo e um sistema de mobilidade o mais respeitoso possível do ambiente.

Outra consideração coloca o patrimônio em relação com a hospitalidade e com todas as outras categorias de análise consideradas até agora. Segundo o entendimento clássico, o conceito de patrimônio refere-se ao legado que herdamos do passado e transmitimos às gerações futuras. Ainda que esta definição não tenha perdido validade, não podemos entender o patrimônio apenas como os vestígios tangíveis do processo histórico (SILVA, 2005). Todas as manifestações materiais de cultura criadas pelo homem têm uma existência física num espaço e num período determinado de tempo. Algumas dessas manifestações destroem-se e desaparecem, esgotadas na sua funcionalidade e significado; outras sobrevivem a seus criadores, acumulando-se a outras expressões materiais. E, através da própria dinâmica da existência, esses objetos do passado alimentam, pela sua permanência no tempo, a criatividade de novas gerações de produtores de objetos, que acrescentam elementos às gerações anteriores. É assim que a cultura flui (SILVA, 2005).

O patrimônio não é só o legado que é herdado, mas o legado que, através de uma seleção consciente, um grupo significativo da população deseja legar ao futuro. Neste sentido, o patrimônio é “uma construção social”, ou se quiser, cultural, porque é uma idealização construída. Trata-se de um processo simbólico de legitimação social e cultural de determinados objetos que conferem a um grupo de pessoas um sentimento coletivo de identidade. Neste sentido, toda a construção patrimonial é uma representação simbólica de uma dada versão de identidade, de uma identidade “manufaturada” pelo presente que a idealiza. Assim sendo, o patrimônio cultural compreenderá todos aqueles elementos que fundam a identidade de um grupo e que o diferenciam dos demais. Neste sentido, o elemento determinante que define o conceito de patrimônio é a sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade. O passado dá-nos um sentido de identidade, de pertença e faz-nos conscientes de nossa continuidade como pessoas através do tempo.

“Os objetos do passado proporcionam estabilidade, pois se o futuro é aquele destino essencialmente incerto e o presente aquele instante fugaz, a única certeza que o ser humano possui é a verdade irrefutável do passado” (SILVA, 2005).

Referências bibliográficas

AMENDOLA, Giandomenico. *La città postmoderna: magie e raure della metropoli contermporanea*. Milano: Laterza, 2004.

- ASCHER, François. *Metapolis ou L'avenir des villes*. Paris: Odile Jacob, 1995.
- ASCHER, François; ALLEMAND, Silvain; LEVY, Jacques (Orgs.). *Les sens du mouvement: modernités et mobilité*. Paris: Ed. Belin, 2004.
- AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papyrus, 2003.
- BAPTISTA, Isabel. Para uma geografia de proximidade humana. *Revista Hospitalidade*. São Paulo, ano II, n. 2, p. 11-22, 2005.
- BAPTISTA, Isabel. *Capacidade ética e desejo metafísico, uma interpelação à razão pedagógica*. Porto/Portugal: Ed. Afrontamento, 2007.
- DE LA HABA, Juan; SANTAMARÍA, Enrique. *De la distancia y la hospitalidad: consideraciones sobre la razón espacial*. 2004. Athenea digital 5, p. 124-134. Disponível em: <<http://antalya.uab.es/athenea/num5/delahaba.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2008.
- DERRIDA, Jacques. *De 'l'hospitalité', Anne Fourmannelle invite Jacques Derrida à répondre*. Paris: Calmann-Lévy, 1997.
- GRINOVER, Lucio. *A hospitalidade, a cidade e o turismo*. São Paulo: Alpeh, 2007.
- HALL, Edward. *The silent language*. New York: Doubleday, 1958.
- LEVINAS, Emanuel. *Le tempet l'autre*. Paris: PUF, 1983.
- LEVY, Jacques. *Modèle de mobilité, modèle d'urbanité*. Paris: Ed. Belin, 2004.
- LYOTARD, Jean-François. *La condition postmoderne*. Paris: Ed. Minuit, 1979. (A condição pós-moderna. 9 col. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006).
- SCHERER, René. *Cosmopolisismo et hospitalité*, em *Ville wet hospitalité, textes du seminaire, 1996-1996*. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'homme. Plan construction et architecture. Document de travail, 1997.
- SILVA, Elsa Peralta da. *Patrimônio e identidade. O desafio do turismo cultural*. 2005. Disponível em: <CEAA.UFP.PT/turismo3.htm>. Acesso em 16 abr. 2008.